

**EDITAL Nº 10/2020, DE 3 DE JANEIRO DE 2020.****PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS À MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS DE CURSOS CONGÊNERES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA O CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA**

O Diretor da Faculdade de Direito de Franca, Professor Dr. Décio Antônio Piola, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 10, inciso XI e 129 do Regimento Interno, com fundamento no *caput* do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20/12/96 (LDB), torna público para conhecimento dos interessados que estarão abertas as inscrições para a seleção de candidatos à matrícula por transferência de alunos de cursos congêneres, de outras Instituições de Ensino Superior para o Curso Superior de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Franca, de acordo com as instruções abaixo descritas:

1. DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA

1.1 A Comissão de Processo Seletivo de Transferência será composta de três docentes titulares, designados pelo Diretor, cuja presidência deverá ser exercida dentre eles, pelo docente titular com maior tempo de exercício docente na Faculdade de Direito de Franca, na seguinte conformidade:

- 1.1.1** Um representante do Departamento de Disciplinas de Formação Fundamental;
- 1.1.2** Um representante do Departamento de Direito Público;
- 1.1.3** Um representante do Departamento de Direito Privado.

1.2 Compete à Comissão de Processo Seletivo de Transferência coordenar, executar e fiscalizar o processo de inscrição, avaliação, classificação e publicação dos resultados.

1.3 A Comissão de Processo Seletivo de Transferência poderá valer-se do auxílio de tantos professores ou funcionários quantos forem necessários, para o cumprimento de suas atribuições, em especial para a aplicação das provas, devendo apresentar à Direção, com antecedência, relação dos nomes e tarefas que irão desempenhar.

2. DAS VAGAS DISPONÍVEIS PARA TRANSFERÊNCIA

2.1 São noventa vagas disponíveis para transferência, assim distribuídas:

SÉRIES	PERÍODOS		TOTAL
	NOTURNO	DIURNO	
2ª	17	13	30
3ª	4	16	20
4ª	4	36	40

2.1 Eventuais vagas remanescentes verificadas após o término deste Processo Seletivo, serão oferecidas de acordo com a classificação obtida e opção de turno feita pelo interessado. Será facultada a troca de turno ao aluno classificado, desde que haja a respectiva vaga.



3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão efetuadas de 7 a 10 de janeiro de 2020, das **8h30 às 12h e das 13h às 19h**.

O candidato deverá **preencher** previamente o requerimento no site da FDF – www.direitofranca.br., **imprimir, assinar e** comparecer na Secretaria da Faculdade de Direito de Franca, (UNIDADE II), para efetivar a inscrição. Os documentos abaixo, cuja autenticação não é necessária, são obrigatórios para o ato da inscrição:

3.1.1 Fotocópia da Cédula de Identidade;

3.1.2 Fotocópia do CPF;

3.1.3 Fotocópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;

3.1.4 Recolhimento da taxa de inscrição, na Tesouraria da Faculdade, no valor de R\$ **80,00** (oitenta reais).

3.1.5 Fotocópia do Histórico Escolar, completo e atualizado;

3.1.6 Fotocópia dos conteúdos programáticos das disciplinas cursadas, com suas folhas devidamente rubricadas pela Instituição de Ensino Superior de origem;

3.1.7 Certidão de que está vinculado e com matrícula regular junto à Instituição de Ensino Superior de origem, em condições de transferência;

3.2 Os documentos descritos nos itens **3.1.5 a 3.1.6**, que dependem de emissão por parte das IES de origem do candidato, poderão ser substituídos pelo protocolo do requerimento do documento, ou por declaração do candidato, sob as penas da lei, de que sua situação é regular e o documento foi requerido em tempo hábil.

3.3 Em qualquer hipótese o documento faltante deverá ser protocolado até o dia 22 de janeiro de 2020.

3.4 O candidato poderá ainda apresentar os documentos até a data da convocação. Nesta hipótese o pedido deverá ocorrer por requerimento do candidato, sob as penas da lei, motivando o arguido.

3.5 Por ocasião da inscrição o candidato deverá optar para o turno para o qual deseja concorrer (diurno ou noturno).

4. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO

4.1 São requisitos necessários ao candidato para a inscrição no Processo Seletivo de Transferência:

4.1.1 Não apresentar dependência em nenhuma disciplina no Histórico Escolar da Instituição de Ensino Superior de origem, que esteja inserida na série para a qual o candidato pretende cursar nesta Faculdade;

4.1.2 Não estar obrigado a cursar mais de 3 (três) disciplinas em regime de adaptação, conforme dispositivo regimental desta Faculdade;

4.1.3 Não ter ultrapassado o prazo legal máximo para a integralização do Curso Superior de Graduação em Direito que nesta Faculdade é de 10 (dez) anos;

4.1.4 Estar de acordo com as normas que disciplinam o processo de adaptação aos componentes curriculares da matriz curricular desta Faculdade, bem como às normas legais, regimentais e regulamentares pertinentes ao Curso Superior de Graduação em Direito da Instituição.



5. DAS PROVAS

5.1 As provas serão realizadas no dia 24 de janeiro de 2020, com o seu início previsto para as 19h e término às 22h, no prédio da Faculdade de Direito de Franca, na Avenida Major Nicácio, nº 2305, UNIDADE II, acesso pelo Boulevard Prof. Dr. Alfredo Palermo, nesta cidade de Franca, Estado de São Paulo.

5.2 As provas serão compostas de uma redação e de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, extraídas do conteúdo programático das disciplinas da matriz curricular do Curso Superior de Graduação em Direito desta Faculdade, abrangendo as disciplinas componentes das séries anteriores à pretendida pelo candidato, que estão disponíveis no Anexo I deste edital.

5.3 A identificação do candidato no dia da prova será feita por meio de Cédula de Identidade ou de outro documento pessoal com foto. O candidato também deverá apresentar o comprovante de inscrição e assinar a lista de presença.

5.4 O candidato deverá comparecer no local das provas munido de caneta esferográfica azul ou preta, lápis e borracha, 30 (trinta) minutos antes do seu início previsto.

5.5 Não será permitida a entrada de candidato após o início das provas.

5.6 Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridos 60 (sessenta) minutos de seu início.

5.7 Será também excluído do Processo Seletivo, a qualquer tempo, o candidato que: prestar informações inexatas no processo de inscrição; não integralizar os procedimentos de inscrição; consultar livros, impressos ou anotações durante as provas; incorrer em comportamento indevido ou descortês para com qualquer dos aplicadores, auxiliares ou autoridades; chegar atrasado para a prova; for surpreendido, durante a prova, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato; **portar telefones celulares, pagers ou similares, máquinas de calcular, ou se, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o candidato se valeu de meios ilícitos.**

5.8 Ao término da prova, o candidato deverá devolver ao examinador o caderno de questões, a folha de respostas das questões objetivas e a folha de redação.

5.9 Não serão fornecidos exemplares das questões ao candidato.

5.10 Não serão concedidas vistas de prova ou recontagem de pontos, salvo a existência de erro material.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação dos candidatos será efetuada em ordem decrescente de pontos, considerando-se a soma dos pontos atribuídos na prova escrita, na prova de redação e a pontuação atribuída na análise do Histórico Escolar (média das notas somente das disciplinas equivalentes



componentes das séries anteriores à pretendida pelo candidato), apurando-se a média final obtida pelo candidato.

6.2 No caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

6.2.1 maior nota na prova de redação;

6.2.2 maior soma de pontos na prova escrita;

6.2.3 maior soma de pontos na análise do Histórico Escolar.

6.3 A relação dos candidatos aprovados será afixada nos murais da Faculdade até o dia **29 de janeiro de 2020 e divulgada pela Internet através do portal da FDF (www.direitofranca.br)**

6.4 Será desclassificado o candidato que não obtiver a nota mínima de 5,0 (cinco) na prova de Redação e não responder acertadamente, pelo menos 40% (quarenta por cento) das questões objetivas, salvo deliberação superior do Conselho Departamental.

6.5 O candidato que não preencher os requisitos necessários para participação no Processo Seletivo de Transferência expressos neste Edital, estará automaticamente desclassificado, independentemente do resultado obtido nas provas, sem direito ao ressarcimento do valor recolhido a título de inscrição.

7. DA MATRÍCULA

7.1 A matrícula para os aprovados, de acordo com as vagas disponíveis, será efetuada nos dias 29 e 30 de janeiro, **das 8h30 às 12h e das 13h às 19h.**

7.2 Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, bem como revisão das provas.

8. CRONOGRAMA

<u>ATO</u>	<u>DATA</u>
Inscrições	De 7 a 10 de janeiro de 2020.
Prazo final para entrega de documentos emitidos por IES de origem	22 de janeiro de 2020.
Prova	24 de janeiro de 2020, às 19h.
Publicação dos resultados	29 de janeiro de 2020.
Matrículas	29 e 30 de janeiro de 2020.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Os casos que redundarem em dúvidas, por omissão, interpretação e aplicação deste Edital, serão analisados e resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo de Transferência, ad referendum do Conselho Departamental, à luz das normas emanadas pela Faculdade e pela legislação pertinente.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR

Portaria de Recredenciamento CEE/GP nº 452/14, DOE de 6/11/2014.

Curso reconhecido pelo Decreto Federal nº 51.126, de 26/1/1961 e

Portaria de Renovação CEE/GP nº 218/17, DOE de 11/5/2017.

Av. Major Nicácio, 2.377 - Tel: (16) 3713.4000

Bairro São José - Franca-SP - CEP: 14.401-135

EXCELÊNCIA NO ENSINO JURÍDICO DESDE 1958.

www.direitofranca.br

9.2 O ato de inscrição do candidato importará no conhecimento e aceitação total das normas estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

9.3 Todas as publicações serão feitas no mural principal (defronte à Secretaria, na unidade II) e através do site www.direitofranca.br

9.4 Informações complementares sobre este Processo Seletivo de Transferência poderão ser obtidas na Secretaria da Faculdade.

Franca, 3 de janeiro de 2020.

Prof. Dr. Décio Antônio Piola
Diretor



ANEXO I

1º ANO

CIÊNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA

1

- 1.1 O conceito de economia
- 1.2 Um primeiro conceito entre a Economia e o Direito
- 1.3 A ordem econômica na Constituição de 1988
- 1.4 Os princípios gerais da atividade econômica
- 1.5 Os princípios gerais
- 1.6 O tratamento protecionista
- 1.7 O papel do Estado na ordem econômica
- 1.8 Outros papéis do Estado
- 1.9 O Estado Regulador
- 1.10 As Agências Reguladoras dos Serviços Públicos

2 Teorias Econômicas

- 2.1 O Mercantilismo
- 2.2 A escola Clássica ou Liberal
- 2.3 A escola Keynesiana
- 2.4 O Neoliberalismo
- 2.5 O Marxismo

3 A Produção

- 3.1 Conceito da produção econômica
- 3.2 Os fatores da produção
- 3.3 A natureza como fator da produção
- 3.4 O trabalho como fator da produção
- 3.5 Espécies de trabalho
- 3.6 Produtividade do trabalho
- 3.7 Sistemas de trabalho
- 3.8 Divisão do trabalho
- 3.9 Racionalização do trabalho
- 3.10 O capital
- 3.11 Formação e produtividade dos capitais
- 3.12 Capitalismo
- 3.13 Origens e evolução do capitalismo
- 3.14 Unidades de produção
- 3.15 Empresa
- 3.16 Modalidades de empresas
- 3.17 Empresário ou empreendedor
- 3.18 Associação e concentração de empresas

4 A Circulação

- 4.1 Circulação das riquezas
- 4.2 A troca
- 4.3 Conceito de mercado
- 4.4 O comércio



- 4.5 O mercado de capitais
- 4.6 As bolsas de mercadorias e de valores
- 4.7 Meios de transporte e sua importância
- 4.8 O preço
- 4.9 Moeda, sua origem e conceito
- 4.10 Moeda-papel e Papel-moeda
- 4.11 Valor da moeda e nível geral de preços
- 4.12 Sistemas monetários
- 4.13 O crédito
- 4.14 Vantagens e inconvenientes do crédito
- 4.15 Os bancos
- 4.16 O câmbio
- 4.17 Balança comercial e balanço de pagamentos
- 5 A Repartição
 - 5.1 Distribuição das riquezas
 - 5.2 O salário
 - 5.3 Teorias sobre o salário
 - 5.4 O juro
 - 5.5 O lucro
 - 5.6 O imposto
 - 5.7 A contabilidade social
 - 5.8 Renda nacional
 - 5.9 Produto interno bruto
 - 5.10 Produto nacional bruto
- 6 O Consumo
 - 6.1 Conceito do consumo
 - 6.2 A inflação e suas causas
 - 6.3 Os tipos de inflação
 - 6.4 As consequências da inflação
 - 6.5 A inflação e as escolas de economia
- 7 Economia e Relações Internacionais
 - 7.1 Globalização
 - 7.2 Blocos econômicos
 - 7.3 Mercosul e outros acordos comerciais
 - 7.4 Acordos e Organismos Internacionais
- 8 Introdução ao Estudo da Ciência Política
 - 8.1 Conceito e objeto da Ciência Política
 - 8.2 Inter-relação entre Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Psicologia.
 - 8.3 Correlação com a Economia, História e o Direito.
 - 8.4 Ciência Política e Teoria Geral do Estado
 - 8.5 Conceitos básicos de Política, Sociedade e Estado
- 9 Instituições
 - 9.1 Conceito
 - 9.2 Instituições e Desenvolvimento
 - 9.3 Custos de Transações



9.4 Instituições formais e informais

10 O Estado

10.1 Conceito e Definições

10.2 Origens e Formação

10.3 Elementos Constitutivos

11 Separação dos Poderes

11.1 A separação dos poderes e as funções do Estado

11.2 Platão e Aristóteles

11.3 Maquiavel, John Locke e Montesquieu

11.4 A tripartição dos poderes

11.5 As funções de cada poder

12 Formas de Governo

12.1 Governo de Direito e Governo de Fato

12.2 Governos Normais e Anormais

12.3 Monarquia

12.4 República

12.5 Democracia

13 Conceito de Democracia.

13.1 As bases da Democracia Grega

13.2 A Democracia clássica e na atualidade

13.3 A Revolução Inglesa

13.4 A Revolução Americana

13.5 A Revolução Francesa

13.6 Elementos mínimos necessários à Democracia

14 Parlamentarismo

14.1 A Formação histórica do Parlamentarismo

14.2 Características do Parlamentarismo

14.3 Chefe de Estado e Chefe de Governo

14.4 A moção de censura

14.5 O voto de confiança

14.6 Pressupostos do Parlamentarismo

15 Presidencialismo

15.1 Os princípios básicos do presidencialismo

15.2 Características do presidencialismo

15.3 Relação entre o executivo e o legislativo na forma presidencial

15.4 Os poderes do presidente da República

15.5 O Ministério no presidencialismo brasileiro

15.6 Eletividade do chefe do poder executivo

15.7 Poder executivo unipessoal

15.8 A irresponsabilidade política e o Impeachment

16 Sufrágio e Sistemas Eleitorais

16.1 A importância do sistema eleitoral

16.2 O Sufrágio como direito ou função.



- 16.3 A doutrina da soberania popular.
- 16.4 A doutrina da soberania nacional
- 16.5 O Sufrágio universal e o restrito
- 16.6 Restrições ao Sufrágio Universal
- 16.7 Tipos de Sufrágio
- 16.8 Sistema eleitoral majoritário e proporcional

17 Partidos Políticos

- 17.1 Origem e evolução história dos partidos
- 17.2 Definições de partidos
- 17.3 Sistemas partidários
- 17.4 Modalidades de partidos
- 17.5 Classificação dos partidos políticos
- 17.6 Os partidos políticos no Brasil

18 Processo Legislativo

- 18.1 Etapas ou fases do Processo Legislativo Brasileiro
- 18.2 O quorum para a deliberação
- 18.3 Atuação dos parlamentares na elaboração das leis
- 18.4 Elaboração de emendas e leis
- 18.5 As comissões e seu funcionamento
- 18.6 As comissões permanentes e temporárias

19 Direitos Fundamentais

- 19.1 Direitos humanos e direitos fundamentais
- 19.2 Evolução
- 19.3 Características dos direitos fundamentais
- 19.4 Classificação dos direitos fundamentais
- 19.5 A abrangência dos direitos
- 19.6 Os direitos fundamentais no Brasil

Bibliografia:

ANDRADE, Paulo Roberto Siqueira de. Economia política para o curso de direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005. 174 p.

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 16.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 550 p.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de, FALCÃO, Leonor Peçanha. Ciência política: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2004. 231 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 306 p.

FIGUEIREDO, Marcelo. Teoria geral do Estado. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da Fonseca. Direito econômico. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. 382 p.

GASTALDI, J.Petrelli. Elementos de economia política. 19.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. 480p.

PARKIN, Michael. Economia. 8.ed. São Paulo: Person, 2009. 814 p.

ROSSETTI, J. Paschoal. Introdução à economia. 20.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. 928p.



- ZYLBERSZTAJN, Décio, SZTAJN, Rachel (orgs.). Direito & economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 315p.
- AGUILAR, Fernando Herren. Direito econômico: do direito nacional ao direito supranacional. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 533 p.
- BAGNOLI, Vicente. Direito econômico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 254 p.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do Estado e ciência política. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 280p.
- BOARATI, Vanessa. Economia para o direito. Barueri: Editora Manole, 2006. 132 p.
- CARDOZO, José Eduardo Martins, QUEIROZ, João Eduardo Lopes, SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos (coords.). Direito administrativo econômico. São Paulo: Atlas, 2011. 1464p.
- CARNEIRO, Ricardo (org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 1997. v.1-2.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de, SILVA, César Roberto Leite da Silva. Economia internacional. São Paulo: Saraiva, 2000. 300 p.
- COOTER, Robert, ULLEN, Thomas. Direito & economia. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 560p.
- COSTA, Nelson Nery. Ciência política. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 407 p.
- DANTAS, Ivo. Teoria do Estado contemporâneo. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. 373p.
- DE CICCIO, Cláudio, GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria geral do Estado e ciência política. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. 286 p.
- DIAS, Reinaldo. Ciência política. São Paulo: Atlas, 2008. 280 p.
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de direito econômico. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. 484 p.
- FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Repensando a teoria do Estado. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004. 400 p.
- GUIMARÃES, José Dorival da Veiga. Ciência política: princípios fundamentais do Estado. Bauru: Edipro, 2000. 167 p.
- GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 626 p.
- KRUGMAN, Paul R., OBSTFELD, Maurice. Economia internacional – teoria e política. 6.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 558 p.
- LACERDA, Antônio Corrêa de, e outros. Economia brasileira. 3.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 304p.
- LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidades. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 196 p.
- LEAL, Rosemiro Pereira. Direito econômico: soberania e mercado mundial. 3.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. 232 p.
- LIMA, Maria Lúcia L. M. Padua. (coord.). Direito e economia: trinta anos de Brasil. São Paulo: Saraiva, 2012. 645 p.
- MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 11.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. 433p.
- MARQUES, Rosa Maria, FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs.). O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010. 373p.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 309p.



MESSA, Ana Flávia, THEOPHILO JÚNIOR, Roque (coords.). Estado & economia: estudos em homenagem a Ademar Pereira. São Paulo: Saraiva, 2011. 692 p.

NAZAR, Nelson. Direito econômico e o contrato de trabalho. São Paulo: Atlas, 2007. 276 p.

NÓBREGA, Mailson. O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Globo, 2005. 399 p.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito econômico. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. 428 p.

OLIVEIRA, Nelci Silvério de Oliveira. Teoria geral do Estado. Goiânia: AB, 1999. 128 p.

O' SULLIVAN, Arthur, SHEFFRIN, Steven, NISHIJIMA, Marislei. Introdução à economia: princípios e ferramentas. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 472 p.

PINHEIRO, Armando Castelar, SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 553 p.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. Curso de ciência política e teoria geral do Estado. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2011. 244 p.

SCHWARTZ, Gilson. Decifre a economia. São Paulo: Editora Saraiva, 1991. 187 p.

SILVA, Adelphino Teixeira da. Iniciação à economia. São Paulo: Editora Atlas, 2000. 277 p.

SOARES, Mário Lúcio Quintão Soares. Teoria do Estado. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. 404 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. Curso de economia. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. 374 p.

SOUZA, Jobson Monteiro de. Economia brasileira. São Paulo: Pearson, 2009. 281 p.

TIMM, Luciano Benetti (org.). Direito e economia. São Paulo: IOB Thomson, 2005. 208 p.

_____ (org.). Direito e economia no Brasil. São Paulo: Atlas, 2012. 416 p.

TROSTER, Roberto Luis. Introdução à economia. São Paulo: Editora Makron Books, 2002. 404p.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de, GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 292 p.

VICECONTI, Paulo Eduardo V., NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 4.ed. São Paulo: Editora Frase, 2001. 520 p.

FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DO DIREITO

1. Introdução
2. O ser humano, o centro dos conhecimentos.
3. A Sociedade humana.
4. A Convivência humana.
5. Os Contatos Sociais e o Isolamento Social.
6. O Estado e o Planejamento da Atividade Social.
7. A Importância das Ciências Sociais Ciências Sociais e Sociológicas Sociologia: Conceito e Campo de Atuação Objeto da Sociologia.
8. Métodos da Sociologia Histórico da Sociologia.
9. As Interações e os Processos Sociais.
10. Comunicação Social Cooperação e Competição Conflitos Sociais.
11. Consequências dos Conflitos Sociais Meios para Superar os Conflitos Sociais.
12. Agrupamentos Sociais Constituição.
13. Formas Classificação.
14. Mecanismo de Sustentação Importância.
15. Instituições Sociais



16. Mecanismo de Controle Social.
17. A Família e a Escola.
18. A Igreja e a Empresa.
19. O Poder Político.
20. Associações, Sindicatos e outros.
21. A Sociologia do Direito. Formação Histórica Definição e Objetivos.
22. Objeto
23. Relações com outras Ciências Jurídicas Métodos e Técnicas.
24. Controle Social e Direito.
25. Conceito.
26. Cumprimento das Normas e Controle Social.
27. As normas Sociais Desviantes.
28. Cultura e Controle Social.
29. A Força como Meio de Controle Social.
30. A Estratificação Social e o Direito.
31. As Classes Sociais Caracterização.
32. Mobilidade Social Tipos.
33. Estratificação e Controle Social.
34. Mudança Social e Direito. Considerações Preliminares. Mudança e Controle Social.
35. Mudança Social, Reforma e Revolução Desenvolvimento Econômico e Social Revolução e Direito.
36. A Profissão Jurídica e a Vida Forense.
37. Aspectos Sociológicos.
38. A Estrutura Social e as Profissões As Profissões Liberais.
39. O Profissional do Direito.
40. O Homem Comum e o Advogado.

Bibliografia:

APOSTOLOVA, Bristra Stefanova. Poder judiciário: do moderno ao contemporâneo. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

AVILA, Pe. Fernando Bastos de S. J. Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. Sociologia e direito. São Paulo: Atlas, 2001.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Prefácio de José Eduardo Faria. Direito e democracia. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

CAPPELLETTI, Mauro e GASTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northflut. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. Sociologia do direito. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Você conhece sociologia jurídica? Rio de Janeiro: Forense, 1992.

LIMA, Euzébio de Queiroz. Princípios de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Record, 1958.

LYRA FILHO, Roberto. O que é direito? 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. Sociologia do direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.



FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 2004.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Você conhece sociologia jurídica? 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

DELLA TORRE, Maria Benedita Lima. O homem e a sociedade: uma introdução sociologia. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

KEESING, Felix M. Antropología cultural. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Sociología geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Euzébio de Queiroz. Princípios de sociologia jurídica. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1958.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEVY-BRUHL, Henri. Sociologia do direito: universidade hoje. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2004. Bibliografia Específica

MIRANDA, Pontes de. Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Forense, .

PIERSON, Donald. Teoria e pesquisa em sociologia. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

QUAGLIA, Vicente. Sociologia princípios e problemas. São Paulo: Obelisco, 1964. ROCHA, Iolanda Jardim da. 1.000 perguntas de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

ROCHA, Iolanda Jardim da. 1.000 perguntas de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ensino jurídico e direito alternativo. : Acadêmica, ROSENN, Keith S. O jeito na jurídica brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SALDANHA, Nelson Nogueira. Sociologia do direito. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. Bibliografia Geral

SICHES, Luis Recaséns. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: O Globo, 1965.

SOUTO, Cláudio e SOUTO, Solange. Sociologia do direito: uma visão substantiva. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck et al. Corpo e alma da magistratura brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da história do direito. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia, estado e direito. 2. ed. São Paulo: RT, 1995

INTRODUÇÃO AO DIREITO

1. Noções gerais sobre o direito.
2. Conceito e classificações.
3. Direito público x direito privado.
4. Direito natural x direito positivo.
5. Das normas jurídicas (dogmática).
 - 5.1. Conceito, classificações e fontes das normas jurídicas.
 - 5.2. Espécies de normas jurídicas.
 - 5.3. Lei.
 - 5.4. Costumes.
 - 5.5. Jurisprudência.
 - 5.6. Doutrina.



- 5.7. Princípios.
- 5.8. Equidade.
- 5.9. Estrutura e validade das normas jurídicas.
- 6. Sistemas jurídicos.
- 7. Interpretação das normas jurídicas (hermenêutica jurídica).
 - 7.1. Escolas hermenêuticas.
 - 7.2. Elementos de interpretação do direito.
 - 7.3. Integração e lacunas no direito.
- 8. A história do direito (historiografia jurídica).
 - 8.1. Direito na antiguidade (mesopotâmia, egito, grécia, direito hebraico).
 - 8.2. Direito romano.
 - 8.3. Direito na idade média.
 - 8.4. Direito na idade moderna e contemporânea.

Bibliografia:

VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 26. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ALBERGARIA, Bruno. Histórias do direito brasileiro. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALTAVILA, Jayme. Origem dos direitos dos povos. 7. ed. São Paulo: Ícone, 1989.

ANDRADE, Christiano José de. O problema dos métodos da interpretação jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

ARRUDA, Roberto Thomas. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Lend, 1987.

AZEVEDO, Luiz Carlos. Introdução à história do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PLANO DE ENSINO – 2019

BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao direito: lições de propedêutica, jurídica tridimensional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. História do direito brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010.

COULANGES, Fustel. A cidade antiga. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 26. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROBERTO, Giordano Bruno Doares. Introdução à história do direito privado e da codificação. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.



TELLES JÚNIOR, Goffredo. Iniciação na ciência do direito. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DO DIREITO

1. Fundamentos da psicologia jurídica.
2. A psicologia forense e sua relação de interdisciplinaridade com a sociologia, a filosofia, o serviço social, a medicina forense, a história e o direito.
3. Ética, moral e bons costumes.
4. Processos mentais.
5. Laudos e pareceres comportamentais.
6. Análise e interpretação de comportamentos variados por meio de filmes e séries.
7. A psicologia jurídica e as redes sociais. Avaliação de psicodiagnósticos.
8. Multidisciplinaridade.
9. Técnicas de escrita e prática de textos.
10. A associação brasileira de normas técnicas.
11. Como redigir um projeto de trabalho de curso.
12. O trabalho de curso: o estado da arte.
13. Leitura e pesquisa prévia, sumário, introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências bibliográficas e bibliografia.

Bibliografia:

DIAZ, CLEMENTE E MIGUEL, MANUEL. Fundamentos da psicologia jurídica. São Paulo, Pirâmide, 2011.

Guia de normas e regras da ABNT.

10.2 COMPLEMENTAR

MONTALVÃO, BERNARDO. Noções gerais de Direito e formação humanística. São Paulo, Juspodium, 2019.

LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Comunicação jurídica.
2. Léxico e vocabulário jurídico.
3. A estrutura frásica na linguagem jurídica.
4. Estilística jurídica.
5. A procuração ad judicia.
6. Enunciação e discurso jurídico.
7. Coesão, coerência, clareza, concisão e ordem.
8. A redação jurídica.
9. Aspectos linguísticos e estruturais da petição inicial.
10. A resposta do réu.
11. A linguagem da sentença.
12. A linguagem nos recursos e nas peças jurídicas.
13. Figuras e vícios de linguagem.
14. O verbo jurídico.



15. Brocardos e locuções latinas.
16. Abreviaturas e siglas jurídicas.
17. Lembretes gramaticais.

Bibliografia:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, A. Curso de português jurídico. 13. ed., São Paulo: Atlas, 2018.

10.2 COMPLEMENTAR

HENRIQUES, A. MARIA MARGARIDA, A. de. Dicionário de verbos jurídicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DO PROCESSO

1. A sociedade e o direito.
2. O direito como ciência.
3. Conceito de direito.
4. Direito natural e direito positivo.
5. Direito público e direito privado.
6. Direito objetivo e direito subjetivo.
7. Divisão do direito público e direito privado.
8. O direito como norma-dogmática jurídica.
9. Conceito de lei e norma jurídica.
10. Propedêutica processual: bem, utilidade, interesse, pretensão, resistência e lide.
11. Formas de resolução dos conflitos: autotutela, autocomposição, arbitragem e processo.
12. Relação jurídica de direito material: elementos: sujeitos, bens, o estado e a lei.
13. Direito objetivo e direito subjetivo.
14. Direito material e direito processual: civil, penal e trabalhista.
15. Teoria geral do processo:
 - 15.1. Teoria do processo civil.
 - 15.2. Teoria do processo penal.
 - 15.3. Autonomia da teoria geral do processo.
 - 15.4. Autonomia e unidade do direito processual.
16. Sanções civis e penais.
17. Princípios gerais de direito processual e constitucional:
 - 17.1. Princípio da ação. Princípio da inércia da jurisdição. Princípio da demanda. Princípio da iniciativa das partes.
 - 17.2. Princípio do juiz natural ou constitucional. Princípio da investidura.
 - 17.3. Princípio da imparcialidade do juiz.
 - 17.4. Princípio da isonomia processual. Princípio da igualdade processual.
 - 17.5. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.
 - 17.6. Princípio da legalidade.
 - 17.7. Princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - 17.8. Princípio da publicidade dos atos processuais.



- 17.9. Princípio da economia processual.
- 17.10. Princípio da preclusão ou da eventualidade.
- 17.11. Princípio da persuasão racional ou livre convencimento.
- 17.12. Princípio dispositivo.
- 17.13. Princípio da verdade formal.
- 17.14. Princípio da verdade real.
- 17.15. Princípio da lealdade processual ou boa-fé.
- 17.16. Princípio do impulso oficial.
- 17.17. Princípio da oralidade.
- 17.18. Princípio do duplo grau de jurisdição ou recorribilidade.
- 17.19. Princípio da sucumbência
- 17.20. Princípio da identidade física do juiz.
- 17.21. Princípio da motivação das decisões judiciais.
- 17.22. Princípio do devido processo legal (due process of law).
- 17.23. Princípio da eficiência.
- 17.24. Princípio da razoabilidade.
- 17.25. Princípio da proporcionalidade.
- 17.26. Princípio da não autoincriminação.
18. Remédios jurídicos: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular.
19. Direito de petição.
20. Direito processual constitucional.
 - 20.1. Tutela constitucional do processo.
 - 20.2. Acesso à justiça e garantias da ação e da defesa.
 - 20.3. As garantias do devido processo legal.
 - 20.4. Noções dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.
 - 20.5. Disposições constitucionais processuais.
21. Lei processual. Conceito. Natureza. Lei processual no tempo. Lei processual no espaço. Lei material e lei processual. Leis processuais: civis, penais e trabalhistas.
22. Jurisdição.
 - 22.1. Funções básicas do estado.
 - 22.2. Conceito de jurisdição.
 - 22.3. Conceito de competência. Noções gerais.
 - 22.4. Tutelas jurisdicionais: conhecimento, execução e cautelar.
 - 22.5. Poderes ou elementos da jurisdição.
 - 22.6. Princípios fundamentais da jurisdição.
 - 22.7. Jurisdição civil, penal e trabalhista.
 - 22.8. Estrutura do poder judiciário.
 - 22.9. Funções essenciais à justiça: advocacia, ministério público, etc.
23. Da ação.
 - 23.1. Trilogia estrutural do direito processual (ação, jurisdição e processo).
 - 23.2. Conceito. Teorias. Natureza jurídica.
 - 23.3. Elementos da ação. (petição inicial)
 - 23.4. Condições da ação.



- 23.5. Classificação da ação.
- 24. Da ação penal. Conceito. Classificação. Inquérito policial.
 - 24.1. Ação penal pública. Denúncia. Representação.
 - 24.2. Ação penal privada. Queixa-crime.
- 25. Processo penal. Conceito. Sistemas: inquisitório, acusatório e misto.
- 26. Princípios gerais do processo penal.
 - 26.1. Princípio da legalidade ou obrigatoriedade. Princípio da indisponibilidade.
 - 26.2. Princípio da disponibilidade ou oportunidade.
 - 26.3. Princípio da oficialidade.
 - 26.4. Princípio da iniciativa das partes no processo penal.
 - 26.5. Princípio do “favor rei” ou “favor libertatis”.
 - 26.6. Princípio da fungibilidade dos recursos.
 - 26.7. Princípio da peremptoriedade recursal.
 - 26.8. Princípio da presunção da inocência ou estado de inocência.
 - 26.9. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas.
 - 26.10. Princípio da íntima convicção (júri).
 - 26.11. Princípio da legalidade da prisão.
 - 26.12. Princípio da individualização da pena.
 - 26.13. Princípio da reserva legal ou da anterioridade da lei penal.
 - 26.14. Direito de permanecer calado e de ser informado dos seus direitos.
 - 26.15. Direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
 - 26.16. Respeito à integridade física e moral dos presos.
 - 26.17. Soberania do júri.
 - 26.18. Habeas corpus.
- 27. Parte Geral do CPC/2015 (arts. 1º ao 184).

Bibliografia:

ELEMENTOS PARA UMA NOVA TEORIA GERAL DO PROCESSO. Carlos Alberto A. de Oliveira. Livraria do Advogado. Edição 2006.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Paulo Roberto de Gouvêa Medina. Editora JusPodium. 2016.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL- PARA CONCURSOS. Marcelo Novelino. Dirlei da Cunha Júnior. 8ª Edição. Ed. Juspodivm. Ed. 2017.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO. Daniel Amorim Assunção Neves. 2ª edição. Editora Juspodivm. 2017.

PROCESSO CIVIL. COLEÇÃO DESCOMPLICANDO. Sabrina Dourado. Editora Armador. 4ª edição. 2017.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Horácio Wanderlei Rodrigues e Eduardo Lamy. Editora Atlas. Edição 2016.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Sérgio Pinto Martins. Editora Saraiva. 2016.

NOVO CPC – SINTETIZADO E RESUMIDO. Antonio Cláudio da Costa Machado. 2ª Edição. Editora Gen/Atlas. Edição 2017.

PROCESSO CIVIL. Rinaldo Mouzalas. João Otávio Terceiro Neto. Eduardo Madruga. Volume único. Editora Juspodivm. Edição 9ª. 2017.



COLEÇÃO TRIBUNAIS E MPU – PROCESSO CIVIL. Fernando da Fonseca Gajardoni. Editora Juspodivm. 2017.

LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO. Maria da Glória Colucci. Editora Juruá.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Manuel Galdino da Paixão Júnior. Editora Del Rey. Edição 2006.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. James Goldschmidt. Editora Minelli. 2002.

TEORIA GERAL DO NOVO PROCESSO CIVIL. Cândido Rangel Dinamarco. Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes. Editora Malheiros. Edição 2016.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Marcus Orione G. Correia. Editora Saraiva. 2010.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Milton da Silva. Editora Forense. 2008.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Jônatas Luiz Moreira de Paula. Editora Manole. Edição 2006.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. Ada Pellegrini Grinover. Editora Malheiros. 2015.

TEORIA GERAL DO PROCESSO – EM CONFORMIDADE COM O NOVO CPC. José Maria Rosa Tesheiner e Renan Faria Kruger Thamay. Editora Gen/Forense. 2015.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Eduardo Carreira Alvim. Editora Forense. 18ª ed. 2015.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. José de Albuquerque Rocha. Editora Atlas. 7. edição 2012.

TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Fábio Gomes. Editora Revista do Tribunais. Edição 2006.

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini. Volume 1. Editora Revista dos Tribunais. 2016.

TEORIA GERAL DO PROCESSO PENAL. Sérgio Luiz de Souza Araújo. Editora Mandamentos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO – SINOPSES JURÍDICAS 11. Carlos E.F. Barroso. Editora Saraiva. 2010.

TEORIA GERAL DO PROCESSO: CIVIL-PENAL-TRABALHISTA. Roberto Moreira de Almeida. Série Concursos Públicos. Editora Método 2014.

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Paulo César Conrado. Editora Max Limonad.

ESQUEMA DA TEORIA GERAL DO PROCESSO. Hortêncio Catunda de Medeiros. Editora Renovar. Edição 2003.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL-PARA CONCURSOS. RODRIGO DA CUNHA LIMA FREIRE. MAURÍCIO FERREIRA CUNHA. 7ª Edição. Editora Juspodivm. Edição 2017.

CÓDIGO CIVIL-PARA CONCURSOS. Cristiano Chaves de Farias. Luciano L. Figueiredo. Marcos Ehrhardt Jr. Wagner Inácio Dias. 5ª Edição. Editora Juspodivm. Edição 2017.

FUNDAMENTOS DE TEORIA GERAL DO DIREITO E DO PROCESSO. Maria da Glória Colucci. Edição 2007.

PROCESSO CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Iberê de Castro Dias. Editora Millennium.

QUESTÕES IMPORTANTES DE PROCESSO CIVIL – TEORIA GERAL DO PROCESSO. Sérgio R. de Arruda Fernandes. Editora DP&A.. Edição 2002.

CURSO BÁSICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL. Nelson Godoy Bassil Dower. Edição 2000. Editora Nelpa.

DIREITO CIVIL – SISTEMATIZADO. CRISTIANO VIEIRA SOBRAL PINTO. EDITORA JUSPODIVM. ED. 2017. 8ª EDIÇÃO.

PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Moacyr Amaral Santos. Editora Saraiva. Edição 2012.

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL DO PROCESSO E



PROCESSO DE CONHECIMENTO. Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini. 15ª Edição. 2016. Revista dos Tribunais.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – VOL I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSO DE CONHECIMENTO. Humberto Theodoro Júnior. Edição 2014.

TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Maria Rosa Tesheiner. Renan Faria Kruger Thamay. Editora Gen/Forense. 2015.

TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO – SINOPSES JURÍDICAS.

Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso. Volume 11. 15ª edição. Editora Saraiva. 2015.

CURSO DE PROCESSO CIVIL – VOL I – PROCESSO DE CONHECIMENTO. Ovídio A Batista da Silva. Editora RT.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL VOL I – Eduardo Arruda Alvim. Editora RT.

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – A LIDE E SUA RESOLUÇÃO. Djanira Maria Radamés de Sá. Editora Saraiva. Edição 1999.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO. Vicente Greco Filho. Volume I. Editora Saraiva. 2011.

PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Nelson Nery Júnior. Editora RT.

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Maria Rosa Tesheiner. Editora Saraiva. Edição 2002.

CURSO DIDÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Elpídio Donizetti Nunes. Editora Del Rey. Edição 2010.

PROCESSO CIVIL-TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Paula Sarno Braga. Coleção sinopses para concursos. Volume 18. 4ª Edição. Editora Juspodivm. 2016.

CURSO DE PROCESSO PENAL. Fernando Capez. Editora Saraiva.

TEORIA GERAL DO PROCESSO E A EXECUÇÃO TRABALHISTA. Cláudio Armando Couce Menezes. Editora LTR.

CURSO DE PROCESSO PENAL. Antonio Alberto Machado. Editora Atlas. Edição 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

TEORIA GERAL DO PROCESSO (CONCRETA-OBJETIVA-ATUAL). Arno Melo Schlichting. LIVROS 1 e 2. Editora Momento Atual.

FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

A INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. Cândido Rangel Dinamarco. Editora Malheiros.

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. Athos de Gusmão Carneiro. Editora Saraiva.

NOVO CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Marcus Vinicius Rios Gonçalves. Volumes 1 e 2. Editora Saraiva.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Pinto Ferreira. Editora Saraiva.

LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO. José M. Pinto de Almeida. Editora Juruá.

CURSO DE PROCESSO PENAL. Hélio Tornaghi. Saraiva.

CURSO DE PROCESSO PENAL COMENTADO. Fernando da Costa Tourinho Filho. Volumes 1 e 2. Editora Saraiva.

INSTITUIÇÕES DE PROCESSO PENAL. Joaquim Cabral Neto. Editora Del Rey.

CURSO COMPLETO DE PROCESSO PENAL. Paulo Lúcio Nogueira. Editora Saraiva.



CURSO COMPLETO DE PROCESSO CIVIL. Paulo Lúcio Nogueira. Editora Saraiva.
TEORIA GERAL DO DIREITO. Luiz Otávio de Oliveira Amaral. Editora Forense.
TEORIA GERAL DO DIREITO. Norberto Bobbio. Editora Martins Fontes.
TEORIA GERAL DO DIREITO. Francesco Carnelutti. Editora Lejus.
INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. Sérgio Pinto Martins. Editora Atlas. Edição 2012.
MANUAL DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. Max & Edis. Editora Revista dos Tribunais.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Antonio Pereira Gaio Júnior. Volumes I e II. Editora Del Rey.
PROCESSO CIVIL. Luiz Guilherme da Costa Wagner Júnior. Editora Del Rey.
TEORIA GERAL DO PROCESSO-COMENTÁRIOS AO CPC DE 2015. PARTE GERAL Fernando da Fonseca Gajardoni. Editora Método/Gen. 2015.

DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB):

1.1. VIGÊNCIA E EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS;

1.2. CONFLITO DE LEIS:

1.2.1. No tempo;

1.2.2. No espaço.

1.3. CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS;

1.4. CRITÉRIOS DE INTEGRAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO.

2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL

2.1. DAS PESSOAS

2.1.1. Das Pessoas Naturais

2.1.1.1. Da Personalidade e da Capacidade (artigos 1 a 10)

2.1.1.1.1. Personalidade e o início e o fim da vida.

2.1.1.2. Dos Direitos da Personalidade (artigos 11 a 21)

2.1.1.3. Da Ausência

2.1.1.3.1. Da Curadoria dos Bens do Ausente

2.1.1.3.2. Da Sucessão Provisória

2.1.1.3.3. Da Sucessão Definitiva (artigos 22 a 39)

2.1.2. Das Pessoas Jurídicas

2.1.2.1. Disposições Gerais (artigos 40 a 52)

2.1.2.2. Das Associações (artigos 53 a 61)

2.1.2.3. Das Fundações (artigos 62 a 69)

2.1.3. Do Domicílio das Pessoas Físicas e Jurídicas (artigos 70 a 78)

2.2. DOS BENS

2.2.1. Das Diferentes Classes de Bens

2.2.1.1. Dos Bens Considerados em Si Mesmos

2.2.1.1.1. Dos Bens Imóveis

2.2.1.1.2. Dos Bens Móveis

2.2.1.1.3. Dos Bens Fungíveis e Consumíveis

2.2.1.1.4. Dos Bens Divisíveis

2.2.1.1.5. Dos Bens Singulares e Coletivos (artigos 79 a 91)



2.2.1.2. Dos Bens Reciprocamente Considerados (artigos 92 a 97)

2.2.1.3. Dos Bens Públicos (artigos 98 a 103)

2.3. DOS FATOS JURÍDICOS

2.3.1. Teoria Geral do Fato Jurídico

2.3.1.1. Suporte fático e Juridicização

2.3.1.2. Fato, Ato-fato e Ato jurídico

2.3.2. Do Negócio Jurídico

2.3.2.1. Planos de Existência, Validade e Eficácia

2.3.2.2. Disposições Gerais (artigos 104 a 114)

2.3.2.3. Da Representação (artigos 115 a 120)

2.3.2.4. Da Condição, do Termo e do Encargo (artigos 121 a 137)

2.3.2.5. Dos Defeitos do Negócio Jurídico

2.3.2.5.1. Do Erro ou Ignorância

2.3.2.5.2. Do Dolo

2.3.2.5.3. Da Coação

2.3.2.5.4. Do Estado de Perigo

2.3.2.5.5. Da Lesão

2.3.2.5.6. Da Fraude Contra Credores (artigos 138 a 165)

2.3.2.6. Da Invalidade do Negócio Jurídico (artigos 166 a 184)

2.3.2.6.1. Dos Atos Jurídicos Lícitos (artigo 185)

2.3.2.6.2. Dos Atos Ilícitos (artigos 186 a 188)

2.4. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

2.4.1. Da Prescrição

2.4.1.1. Disposições Gerais

2.4.1.2. Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição

2.4.1.3. Das Causas que Interrompem a Prescrição

2.4.1.4. Dos Prazos da Prescrição (artigos 189 a 206)

2.4.2. Da Decadência (artigos 207 a 211)

Bibliografia:

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. Parte Geral e LINDB. 16.ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v.1.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. Parte Geral. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Parte Geral. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.

AMARAL, Francisco. Direito civil. Introdução. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Teoria Geral do Direito Civil. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. Parte Geral e LINDB. 14.ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v.1.

LÔBO, Paulo. Direito civil. Parte Geral. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.1.



TARTUCE, Flávio. Direito civil. Lei de Introdução e Parte Geral. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v.1.

TEPEDINO, Gustavo. A parte geral do novo Código Civil: Estudos na Perspectiva Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

2º ANO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito Constitucional – Objeto e Método.
2. Constituição: origem, evolução histórica e conceitos.
3. Poder Constituinte: espécies, formas de atuação e limites.
4. Classificação das Constituições.
5. Supremacia Constitucional e fenômenos normativos: recepção e repristinação.
6. Classificação das normas Constitucionais.
7. Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais. Princípios de interpretação Constitucional.
8. Controle de Constitucionalidade: Espécies de inconstitucionalidade; órgãos controladores; Controle jurisdicional de constitucionalidade; modos difuso e concentrado; Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
9. Princípios Fundamentais na CF/88: normatividade dos princípios; Estado Democrático de Direito; Dignidade da pessoa humana; Objetivos fundamentais do Estado;
10. Direitos Humanos: origem; evolução histórica; Direitos humanos e Direitos Fundamentais.
11. Inviolabilidade do Direito à Vida: Teorias sobre o início da vida humana; Pesquisas com células embrionárias; Aborto; Pena de morte; Eutanásia e ortotanásia.
12. Isonomia Jurídica: Igualdade material e formal; Combate ao preconceito e discriminação; Ações Afirmativas.
13. Liberdades Públicas: Liberdade de crença e de exercício de culto religioso;
14. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão;
15. Inviolabilidade da esfera individual: intimidade, privacidade, honra e imagem; Inviolabilidade do domicílio; Inviolabilidade dos sigilos.
16. Garantias Processuais: devido processo legal, contraditório e ampla defesa, presunção de inocência, inadmissibilidade de provas ilícitas.
17. Nacionalidade: originária e adquirida; critérios territorial e sanguíneo; brasileiros natos e naturalizados; perda de nacionalidade brasileira.
18. Direitos Políticos: democracia direta e indireta; capacidade eleitoral ativa e passiva; causas de inelegibilidade; perda e suspensão de direitos políticos.
19. Organização dos Poderes: Mecanismos de freios e contrapesos.
20. Poder Legislativo: organização; composição; prerrogativas e impedimentos dos cargos.
21. Processo Legislativo: Emenda Constitucional; Lei Ordinária, Lei Complementar; Medida



Provisória.

22. Funções do Poder Legislativo: Comissões Parlamentares de Inquérito.
23. Poder Executivo: organização; eleição; funções; responsabilidade.
24. Poder Judiciário: organização; composição dos Tribunais; garantias dos membros.
25. Reforma do Poder Judiciário: Conselho Nacional de Justiça; Súmula Vinculante.
26. Estrutura Político-Administrativa do Estado brasileiro: Modelo Federativo.
27. Autonomia dos entes da Federação: União, Estados, Municípios e o Distrito Federal.
28. Divisão de competências entre os entes da federação.

Bibliografia:

BARROSO, Luis Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva.

FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2019

MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva,
SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. Curso de direito
constitucional. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva.

_____. O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas. Rio de Janeiro: Renovar.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional, 4. ed., Coimbra: Almedina.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo Wolfgang, STRECK,
Lênio Luiz. Comentários à constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva.

CLEVE, Clemerson Merlin. Direito constitucional brasileiro (Vol. 1, 2 e 3). São Paulo: RT.

LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

LENZA, Pedro. Curso de direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à constituição. São Paulo: Malheiros.

_____. Processo constitucional de formação das leis. São Paulo: Malheiros.

SILVA, Luis Virgílio da (org.). Interpretação constitucional. São Paulo: Malheiros.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

1. INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

- 1.1. Noções fundamentais do Processo Civil
- 1.2. Fases principais do rito comum
- 1.3. Teia judiciária brasileira
- 1.4. Da competência: noções gerais
- 1.5. Da competência material



- 1.6. Da competência territorial
- 1.7. Da modificação da competência
- 1.8. Da incompetência
2. PARTES E ATOS PROCESSUAIS
 - 2.1. Litisconsórcio
 - 2.2. Intervenção de terceiros
 - 2.3. Atos processuais
 - 2.4. Prática eletrônica dos atos processuais
 - 2.5. Dos prazos
 - 2.6. Comunicação dos atos processuais
 - 2.7. Das nulidades ou invalidades
 - 2.8. Do valor da causa
 - 2.9. Tutelas provisórias
3. DO PROCEDIMENTO
 - 3.1. Formação suspensão e extinção do processo
 - 3.2. Procedimento comum
 - 3.3. Petição inicial
 - 3.4. Indeferimento da petição inicial
 - 3.5. Improcedência liminar do pedido
 - 3.6. Audiência preliminar de conciliação ou mediação
 - 3.7. Contestação e revelia
 - 3.8. Reconvenção
 - 3.9. Fase do saneamento do processo
4. FASES INSTRUTÓRIA E DECISÓRIA DO PROCESSO CIVIL
 - 4.1. Audiência de instrução e julgamento
 - 4.2. Das provas: noções gerais
 - 4.3. Depoimento pessoal e confissão
 - 4.4. Exibição de documento ou coisa
 - 4.5. Prova documental
 - 4.6. Prova testemunhal
 - 4.7. Prova pericial
 - 4.8. Inspeção judicial
 - 4.9. Sentença e coisa julgada

Bibliografia:

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense.

DIDIER JR, Fredie. Curso de direito processual civil. Vol. 1 e 2. Salvador: Editora Juspodium.

WAMBIER. Luiz Rodrigues (coord.). Curso avançado de processo civil. Vol. 1 e 2. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. Vol. 1 e 2. São Paulo: Saraiva.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao código de processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.



SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil. Vol. 1. São Paulo: Saraiva
ALVIM, Arruda. Tratado de direito processual civil. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado. São Paulo: Saraiva.
BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. Vol. 1 e 3. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIREITO PENAL I

1. Direito Penal: histórico, doutrinas penais; escolas e tendências.
2. Direito Penal no Brasil.
3. Lei Penal: interpretação, aplicação no tempo e no espaço e em relação às pessoas e suas funções.
4. Princípios e teorias da Lei Penal.
5. Normas penais: conceito, espécies e conflitos.
6. Teoria geral do crime.
7. Fato típico: conduta, relação de causalidade, resultado e tipicidade.
8. Antijuridicidade e causas de sua exclusão
9. Culpabilidade: conceito, teorias e causas de exclusão
10. Imputabilidade penal
11. Do concurso de pessoas
12. Teoria geral da pena
13. Histórico, espécies e função da pena
14. Regimes da execução, cominação e aplicação das penas
15. Medidas de segurança
16. As circunstâncias do crime (agravantes e atenuantes)
17. Do concurso de crimes
18. Suspensão condicional da pena e livramento condicional
19. Dos efeitos da condenação
20. Da extinção da punibilidade: prescrição e outras causas

Bibliografia:

AMERICANO, Odin Indiano do Brasil. Manual de Direito Penal. Saraiva;
BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito penal: parte geral. Saraiva;
BARROS, Francisco Dirceu. Direito Penal: Parte Geral. Impetus;
BITENCOURT, Cezar Roberto. Lições de Direito Penal. Ed. Acadêmica;
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Saraiva;
BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. Saraiva;
BONFIM, Edílson Mougénou e CAPEZ, Fernando. Direito Penal. Saraiva;
BRANDÃO, Cláudio. Curso de Direito Penal: parte geral. Forense;
BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Forense;
CAMARGO, Joaquim Augusto de. Direito Penal Brasileiro. RT;
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Saraiva;
CERNICHIARO, Luiz Vicente. Estrutura do Direito Penal. Bushatsky;
CONDE, Francisco Munhoz. Teoria Geral do Delito. Fabris;



COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal: Parte Geral. Forense;
COSTA, Álvaro Mayrink da. Curso de Direito Penal: Parte Geral. GZ Editora;
COSTA JÚNIOR, Paulo José. Direito Penal Objetivo. Forense;
COSTA JUNIOR, Paulo José da. Curso de Direito Penal. Saraiva;
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. Jus Podivm;
FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Forense;
FRANCO, Alberto Silva et. al. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. RT;
GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal. Saraiva;
GOMES, Luiz Flávio. Erro de tipo e erro de proibição. RT;
GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal: Parte geral. RT;
GOMES, Luiz Flávio et al. Direito Penal: introdução e princípios fundamentais. RT;
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte geral. Impetus;
HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. Saraiva;
JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. Saraiva;
LOPES, Jair Leonardo. Curso de Direito Penal. RT;
LUIZI, Luiz. O tipo penal, a teoria finalista e a nova leg. penal. Fabris;
MARQUES, José Frederico. Tratado de Direito Penal. Saraiva;
MARTINS, José Salgado. Direito Penal. Saraiva;
MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal Esquematizado: parte geral. Método;
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Atlas;
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Comentários à L. E. Penal. Saraiva;
NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. Saraiva;
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal: Parte Geral. Forense.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. RT;
NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. RT;
PACELLI, Eugênio e CALLEGARI, André. Manual de Direito Penal: Parte Geral. Atlas;
PALOTTI JUNIOR, Osvaldo. Direito Penal: parte geral. Atlas;
PEDROSO, Fernando de Almeida. Direito Penal: parte geral. Método;
PIERANGELI, José Henrique e ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. Revista dos Tribunais;
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. RT;
REALE JÚNIOR, Miguel. Instituições de Direito Penal: Parte geral. Forense;
REALE JÚNIOR, Miguel. Teoria do Delito. Revista dos Tribunais;
ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. Direito Penal: Parte geral. Del Rey;
SILVA, César Dario Mariano da. Manual de Direito Penal: parte geral. Forense;
TAVARES, Juarez. Teoria do injusto penal. Del Rey;
TELES, Ney Moura. Direito Penal. Atlas;
TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. Saraiva.
BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. Saraiva.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Saraiva.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal.

DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)



1. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL

- 1.1. Topografia no Código Civil: o Direito das Obrigações no contexto da ordem jurídica. Conceito de Direito das Obrigações.
- 1.2. Acepções da palavra obrigação. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever jurídico, ônus, situação de sujeição e responsabilidade.
- 1.3. Conceito de obrigação e relação jurídica obrigacional (elementos constitutivos da relação jurídica obrigacional).
- 1.4. Distinção entre direitos pessoais e direitos reais.
- 1.5. Categoria jurídica híbrida: obrigação propter rem
- 1.6. Fonte de Obrigações. Atos unilaterais como fontes do direito obrigacional.

2. DO SISTEMA FECHADO AO SEMIABERTO E PRINCÍPIOS FUNDANTES

- 2.1. Do sistema fechado ao semiaberto: cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados

3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES NO CODIGO CIVIL

- 3.1. Obrigação em relação ao vínculo: civil ou perfeita, moral e natural ou imperfeita.
- 3.2. Obrigação quanto ao objeto: obrigação positiva de dar, obrigação positiva de fazer e obrigação negativa de não fazer.
- 3.3. Obrigação concernente ao tempo de execução: obrigação momentânea ou instantânea, obrigação diferida e obrigação de execução continuada ou trato sucessivo.
- 3.4. Obrigação objetivamente plural: obrigação cumulativa, obrigação alternativa, obrigação facultativa.
- 3.5. Obrigação subjetivamente plural: obrigação fracionária ou divisível, obrigação indivisível e obrigação solidária.
- 3.6. Obrigação quanto ao conteúdo: obrigação de meio, obrigação de resultado e obrigação de garantia.
- 3.7. Obrigação quanto à liquidez.
- 3.8. Obrigação relativa ao elemento accidental
- 3.9. Obrigação reciprocamente considerada.

4. DO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO

- 4.1. Pagamento direto e liberação do devedor.
- 4.2. Pagamento indireto: pagamento em consignação, sub-rogação, dação em pagamento, compensação, confusão e remissão de dívidas.

5. DA TRANSMISSÃO DA OBRIGAÇÃO

- 5.1. Cessão de crédito.
- 5.2. Assunção de dívida.

6. DO INADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO

- 6.1. Inadimplemento absoluto.
- 6.2. Inadimplemento relativo.
- 6.3. Violação positiva do contrato.
- 6.4. Juros.
- 6.5. Cláusula penal.
- 6.6. Arras.
- 6.7. Extinção da obrigação sem pagamento.

7. ESTRUTURA E FUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL



- 7.1. Apontamentos históricos da responsabilidade civil.
- 7.2. Princípios da responsabilidade civil.
- 7.3. As funções da responsabilidade civil.
- 7.4. A responsabilidade na teoria geral do Direito.
- 7.5. Classificação da responsabilidade civil.
- 7.6. Ato ilícito.
- 7.7. Abuso de direito.
8. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL
 - 8.1. Conduta.
 - 8.2. Dano.
 - 8.3. Nexo causal.
 - 8.4. Culpabilidade.
 - 8.5. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.
 - 8.6. Pressupostos da responsabilidade civil objetiva.
 - 8.7. Causas de irresponsabilidade da responsabilidade subjetiva e objetiva.
9. TEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL
 - 9.1. Responsabilidade civil subjetiva no Código Civil
 - 9.2. Responsabilidade civil objetiva no Código Civil
 - 9.3. Responsabilidade civil pela perda de uma chance
 - 9.4. Responsabilidade civil e o direito à imagem
 - 9.5. Responsabilidade civil digital
 - 9.6. Responsabilidade civil e atitudes discriminatórias
 - 9.7. Responsabilidade civil no direito das famílias
 - 9.8. Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários e securitários
 - 9.9. Responsabilidade civil na área médica
 - 9.10. Responsabilidade civil decorrente de guarda de veículos e empresas de estacionamento
 - 9.11. Responsabilidade civil automobilística
 - 9.12. Responsabilidade civil do transportador
 - 9.13. Responsabilidade civil e novos temas da atualidade

Bibliografia:

- CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.2.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: responsabilidade civil. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.3.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 2.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: responsabilidade civil. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 4.



TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito das obrigações e responsabilidade civil. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2005.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JÚNIOR, Nelson. Instituições de direito civil: direito das obrigações. São Paulo: RT, 2015. v. II.

NORONHA, Fernando. Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSENVALD, Nelson. As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil. São Paulo: Saraiva, 2017.

SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2012.

VARELA, João de Matos Antunes. Das obrigações em geral. 10. ed. Coimbra: Almedina, v. 1.

VARELA, João de Matos Antunes. Das obrigações em geral. 7. ed. Coimbra: Almedina, v. 2

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil, 2º vol.: Teoria Geral das Obrigações, São Paulo: Saraiva.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Malheiros.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: obrigações e responsabilidade civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DIREITO EMPRESARIAL I

1. Introdução
2. Origem e evolução histórica do Direito Comercial.
3. O Direito Comercial no Brasil.
4. Constituição e princípios constitucionais do Direito Empresarial.
5. Autonomia – Fontes.
6. Das Pessoas Jurídicas
 - 6.1. Conceito
 - 6.2. Natureza Jurídica
 - 6.3. Requisitos para constituição da Pessoa Jurídica
 - 6.4. Classificação da Pessoa Jurídica
 - 6.5. Pessoas Jurídicas de Direito Privado
 - 6.6. Pessoas Jurídicas de Direito Público
 - 6.7. Extinção da Pessoa Jurídica
7. A Empresa
 - 7.1. Introdução
 - 7.2. Perfis – conceito poliédrico
 - 7.3. O Empresário
 - 7.4. Conceito do Empresário à luz do Código Civil
 - 7.5. ME - Microempresa
 - 7.6. EPP - Empresa de Pequeno Porte
 - 7.7. EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
 - 7.8. MEI – Microempreendedor Individual
8. Empresa – Patrimônio
 - 8.1. Do estabelecimento empresarial



- 8.2. Do nome empresarial
- 8.3. e-Commerce
- 8.4. Startups
- 9. Empresa – Regimes Tributários
 - 9.1. Simples
 - 9.2. Lucro Presumido
 - 9.3. Lucro Real
- 10. Direito Societário
 - 10.1. Conceito
 - 10.2. Teorias sobre a personalidade jurídica dos entes coletivos
 - 10.3. Constituição das sociedades - requisitos
 - 10.4. Classificação
 - 10.5. Sociedades Não Personificadas
 - 10.6. Sociedades Personificadas
 - 10.7. Tipos societários
 - 10.8. Grupos Societários
- 11. Sociedade Limitada
 - 11.1. Noções preliminares
 - 11.2. Contrato Social
 - 11.3. A Responsabilidade dos Sócios
 - 11.4. As deliberações dos sócios
 - 11.5. A administração da Sociedade Limitada
 - 11.6. A responsabilidade do administrador
 - 11.7. Do Conselho Fiscal
 - 11.8. Da liquidação e dissolução
- 12. Da Desconsideração da Personalidade Jurídica
 - 12.1. Noções preliminares.
 - 12.2. Conceito
 - 12.3. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC
- 13. A Sociedade Cooperativa

Bibliografia:

- CHAGAS, Edilson Enedino dos. Direito Empresarial esquematizado. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial - Direito de Empresa. 30ª Ed. São Paulo: RT, 2019.
- CRUZ, André Santa. Direito Empresarial. 8ª.Ed. São Paulo: Método, 2018.
- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial brasileiro - empresa e atuação empresarial – 11ª.Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- NEGRÃO, Ricardo. Curso de Direito Comercial e de Empresa - Vol. 1. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ANTONIK, Luis Roberto. Compliance, Ética, Responsabilidade Social e Empresarial. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. 18ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.



FEIGELSON, Bruno. Direito das Startups. São Paulo: Saraiva, 2018.

GABRIEL, Sergio. Direito Empresarial. Ed. DPJ, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil 1: Esquematizado. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito da Empresa: comentários dos arts. 966 a 1.195, do Código Civil. 8ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

HENRY SROUR, Robert. Casos de Ética Empresarial. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2014.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAMEDE, Gladston. MAMEDE, Eduarda Cotta. Blindagem Patrimonial e Planejamento Jurídico. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 39ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MARTINS, Sérgio Pinto. Cooperativas de Trabalho. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORETTI, Eduardo. OLIVEIRA, Leandro Antonio Godoy.(Org.) Startups: aspectos jurídicos relevantes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

NIARADI, George. Direito Empresarial para administradores. Pearson, 2013.

TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Empresarial Sistematizado. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TOMAZETTI, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1 - 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

3º ANO

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Definição de direito processual penal.
- 1.2. Conceito, natureza e finalidade do processo penal. Direito de punir.
- 1.3. Modelo inquisitivo, acusatório e misto. O sistema pátrio.
- 1.4. Relação com outros ramos do direito.
- 1.5. Princípios (constitucionais) do processo penal.
- 1.6. Princípios gerais do processo penal.
- 1.7. Fontes do processo penal. Noção e classificação.

2. APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL

- 2.1. Aplicação da lei processual no espaço.
- 2.2. Aplicação da lei processual no tempo. Princípios aplicáveis.
- 2.3. Interpretação da lei processual penal.

3. DO INQUÉRITO POLICIAL (1ª fase da persecução penal).

- 3.1. Polícia administrativa e polícia judiciária: atribuições.
- 3.2. Inquérito policial. Inquéritos extrapoliciais e termo circunstanciado.
- 3.3. Conceito, natureza e finalidade do inquérito policial.
- 3.4. Instauração do inquérito policial. “Notitia criminis” e “delatio criminis”.
- 3.5. Prazos para instauração e para a conclusão do inquérito policial.
- 3.6. Desenvolvimento do inquérito policial: providências iniciais e gerais. Valor probatório do inquérito policial. Incomunicabilidade.
- 3.7. Conclusão, relatório e remessa do inquérito policial.
- 3.8. Atividades do Ministério Público no inquérito policial: arquivamento e desarquivamento.



4. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

4.1. Introdução. Princípios.

4.2. Juizado Especial Criminal (primeira parte – arts. 60/76). Leis 9.099/95 e 10.259/00.

5. DA AÇÃO PENAL

5.1. Considerações gerais: natureza jurídica do direito de ação, conceito, classificação, condições da ação penal e pressupostos processuais.

5.2. Ação penal pública: características e princípios norteadores. Ação pública incondicionada: titularidade ativa e titularidade passiva. Ação penal originária. Ação penal pública condicionada: representação, retratação e prazos. Curador especial. Morte e declaração de ausência do ofendido. Requisição do Ministro da Justiça.

5.3. Denúncia: conteúdo, aditamento e prazos. Recebimento e rejeição da denúncia. Regras atuais do Código de Processo Penal. Recursos.

5.4. Ação penal privativa do ofendido: características e princípios norteadores. Ação penal privada exclusiva e personalíssima. Ação penal privada subsidiária da pública. Titularidade ativa e titularidade passiva. Início da ação privada: queixa crime, conteúdo e aditamento.

5.5. Extinção da punibilidade.

5.6. Ação civil “ex delicto”. Execução e fixação do valor na sentença penal condenatória.

6. DA JURISDIÇÃO.

6.1. Noções Gerais.

6.2. Características.

6.3. Princípios.

6.4. Órgãos do Poder Judiciário. Organização judiciária

7. DA COMPETÊNCIA

7.1. Competência no processo penal: previsões constitucionais e infraconstitucionais.

7.2. Competência material: natureza da causa (ratione materiae), qualidade da pessoa do réu (ratione personae), território (ratione loci).

7.3. Competência funcional: fases do processo, objeto do juízo e grau de jurisdição.

7.4. Justiças especiais: justiça eleitoral, justiça militar e justiça do trabalho.

7.5. Justiça Comum: federal e estadual

7.6. Competência política: Senado Federal. Crimes de Responsabilidade.

7.7. Competência pela prerrogativa de função: Constituição Federal e Constituições Estaduais. Legislação infraconstitucional e súmulas dos Tribunais Superiores.

7.8. Competência em razão do lugar da infração; pelo domicílio ou residência do réu e pela natureza da infração. Prorrogação da competência (perpetuatio jurisdictionis). Competência pela distribuição. Competência por prevenção.

7.9. Modificação da competência: conexão e continência. Casos de reunião e separação do processo. Conexão e continência nos crimes dolosos contra a vida.

7.10. Competência absoluta e relativa. Conflito de competência e conflito de atribuições.

8. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.

8.1. Considerações iniciais.

8.2. Das questões prejudiciais. Formas de solução. Sistema adotado pelo CPP.

8.3. Das exceções: conceito e espécies. Exceções dilatórias e exceções peremptórias.

8.4. Exceção de suspeição.



8.5. Exceção de litispendência e exceção de coisa julgada.

8.6. Exceção ilegitimidade de parte.

8.7. Exceção de incompetência do juízo.

8.8. Das incompatibilidades e impedimentos.

8.9. Da restituição de coisas apreendidas.

8.10. Medidas assecuratórias.

8.11. Do incidente de falsidade documental.

8.12. Do incidente de insanidade mental do acusado.

9. SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL.

9.1. Sujeitos do processo: juiz, autor e réu. Sujeitos processuais em sentido impróprio e secundário.

9.2. Do juiz: funções poderes, prerrogativas, impedimentos e suspeição.

9.3. Do Ministério Público: atividades e previsões constitucionais. Ministério Público estadual e federal. Princípios: unidade, indivisibilidade e independência funcional.

9.4. Do acusado: princípio da intranscendência. Pessoa jurídica. Direitos do acusado.

9.5. Do defensor: atuação do advogado no processo penal. Estatuto da OAB e Código de Ética. Inviolabilidade do mandato. Defesa pessoal, defesa técnica e autodefesa técnica. Defesa direta e defesa indireta. Defensor: ad hoc, constituído e nomeado. Defensoria pública.

9.6. Do assistente.

9.7. Dos funcionários da justiça. Peritos e intérpretes.

9.8. Do ofendido e sua participação no processo penal: direitos e deveres.

9.9. Órgãos do Poder Judiciário.

Bibliografia:

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 1, 2 e 3 v.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2019.

MANZANO, Luís Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

AVENA, Norberto. Manual de Processo Penal. 3 ed. São Paulo: Gen. 2015.

ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. Código de Processo Penal Brasileiro Anotado. 1 ed. Campinas SP, 2000. vols. I a IX.

CARNELUTTI, Francesco. Lições Sobre o Processo Penal. 1 ed. Campinas-SP, 2004. vols. 1 a 4.

BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de Processo Penal. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 9.2.8 NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PACELLI, Eugênio. FISCHER, Douglas. Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.



BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2016.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

1. Capítulo XIV - Da Liquidação de Sentença – arts. 509 a 512.
 - 1.1. Título II - Do Cumprimento da Sentença
2. Capítulo I - Disposições Gerais – arts. 513 a 519
3. Capítulo II - Do Cumprimento Provisório da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa – arts. 520 a 522
4. Capítulo III - Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa – arts. 523 a 527
5. Capítulo IV - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Prestar:
 - 5.1. Alimentos – arts. 528 a 533
 - 5.2. Capítulo V - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública – arts. 534 e 535
6. Capítulo VI - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de Não Fazer ou de Entregar Coisa - arts. 536 e 537 art. 538
7. Capítulo I - Da Ação de Consignação em Pagamento – arts. 539 a 549.
8. Capítulo II - Da Ação de Exigir Contas – arts. 550 a 553
9. Capítulo III - Das Ações Possessórias
 - 9.1. Seção I - Disposições Gerais – arts. 554 a 559
 - 9.2. Seção II - Da Manutenção e da Reintegração de Posse – arts. 560 a 566
 - 9.3. Seção III - Do Interdito Proibitório – arts. 567 e 568
10. Capítulo IV - Da Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares
 - 10.1. Seção I - Disposições Gerais – arts. 569 a 573
 - 10.2. Seção II - Da Demarcação – arts. 574 a 587
 - 10.3. Seção III - Da Divisão – arts. 588 a 598
11. Capítulo V - Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade – arts. 599 a 609
12. Capítulo VI - Do Inventário e da Partilha
 - 12.1. Seção I - Disposições Gerais – arts. 610 a 614
 - 12.2. Seção II - Da Legitimidade para Requerer o Inventário – arts. 615 e 616
 - 12.3. Seção III - Do Inventariante e das Primeiras Declarações – art. 617 a 625
 - 12.4. Seção IV - Das Citações e das Impugnações – arts. 626 a 629
 - 12.5. Seção V - Da Avaliação e do Cálculo do Imposto – arts. 630 a 638
 - 12.6. Seção VI - Das Colações – arts. 639 a 641
 - 12.7. Seção VII - Do Pagamento das Dívidas – arts. 642 a 646
 - 12.8. Seção VIII - Da Partilha – arts. 647 a 658
 - 12.9. Seção IX - Do Arrolamento – arts. 659 a 667
 - 12.10. Seção X - Disposições Comuns a Todas as Seções – arts. 668 a 673
13. Capítulo VII - Dos Embargos de Terceiro – arts. 674 a 681
14. Capítulo VIII - Da Oposição – arts. 682 a 686
15. Capítulo IX - Da Habilitação – arts. 687 a 692
16. Capítulo X - Das Ações de Família – arts. 693 a 699



17. Capítulo XI - Da Ação Monitória – arts. 700 a 702
18. Capítulo XII - Da Homologação do Penhor Legal – arts. 703 a 706
19. Capítulo XIII - Da Regulação de Avaria Grossa – arts. 707 a 711
20. Capítulo XIV - Da Restauração de Autos – arts. 712 a 718
21. Capítulo XV - Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária
 - 21.1. Seção I - Disposições Gerais – arts. 719 a 725
 - 21.2. Seção II - Da Notificação e da Interpelação – arts. 726 a 729S
 - 21.3. Seção III - Da Alienação Judicial – art. 730
 - 21.4. Seção IV - Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio – arts. 731 a 734
 - 21.5. Seção V - Dos Testamentos e dos Codicilos – arts. 735 a 737
 - 21.6. Seção VI - Da Herança Jacente – arts. 738 a 743
 - 21.7. Seção VII - Dos Bens dos Ausentes – arts. 744 e 745
 - 21.8. Seção VIII - Das Coisas Vagas – art. 746
 - 21.9. Seção IX - Da Interdição – arts. 747 a 758
 - 21.10. Seção X - Disposições Comuns à Tutela e à Curatela – arts. 759 a 763
 - 21.11. Seção XI - Da Organização e da Fiscalização das Fundações – arts. 764 e 765
 - 21.12. Seção XII - Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo – arts. 766 a 770
22. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE
 - 22.1. Processo Coletivo: fundamentos, princípios, legitimidade, sentença e coisa julgada
 - 22.2. A Arbitragem no Direito Brasileiro
 - 22.2.1. Juízo Arbitral
 - 22.3. Os Juizados Especiais Cíveis:
 - 22.3.1. Estadual
 - 22.3.2. Federal
 - 22.4. Juizados Especiais das Fazendas Públicas
 - 22.5. Ações Constitucionais:
 - 22.5.1. Mandado de Segurança individual e coletivo
 - 22.5.2. Ação Popular
 - 22.6. Ações Coletivas:
 - 22.6.1. Ação Civil Pública
 - 22.6.2. Outras Ações
 - 22.7. Ações Locatícias:
 - 22.7.1. Ação de Despejo
 - 22.7.2. Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação
 - 22.7.3. Ação Revisional de Aluguel
 - 22.7.4. Ação Renovatória da Locação
 - 22.8. Ação de Desapropriação.
 - 22.9. Ação de Alimentos
 - 22.10. Ações decorrentes de Leasing e Alienação Fiduciária em Garantia

Bibliografia:



DIDIER JR., Fredie. Curso de processo civil. São Paulo: Juspodvm, 2016. v.4

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. 11. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2016. v.3.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 19ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016;

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: editora JusPODIVM, v. único, 2016.

BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil. Vol. único. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas, 17 ed. 2017.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 55.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 3

JUNIOR, Nelson Nery/ NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Legislação Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>.

DIREITO EMPRESARIAL II

1. SOCIEDADE ANÔNIMA
2. FRANCHISING
3. PROPRIEDADE INDUSTRIAL
 - 3.1. generalidades
 - 3.2. propriedade intelectual;
 - 3.3. propriedade industrial;
 - 3.4. o Código de Propriedade Industrial;
 - 3.5. o Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
 - 3.6. das patentes;
 - 3.7. das invenções;
 - 3.8. modelo de utilidade;
 - 3.9. modelo industrial;
 - 3.10. o know how e o segredo de fábrica;
 - 3.11. inventos ou aperfeiçoamentos do prestador de serviços;
 - 3.12. das marcas e das expressões ou sinais da propaganda.
4. A CONCORRÊNCIA DESLEAL
5. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
6. O CRÉDITO
7. TÍTULOS DE CRÉDITO
 - 7.1. conceito
 - 7.2. histórico
 - 7.3. características dos títulos de crédito
 - 7.4. classificações dos títulos de crédito
 - 7.5. categorias dos títulos de crédito



- 7.6. endosso
- 7.7. aval
- 7.8. outros pontos comuns aos títulos de crédito
- 7.9. espécies de título de crédito
- 7.10. legislação internacional aplicada aos títulos de crédito
- 7.11. a letra de câmbio
- 7.12. a nota promissória
- 7.13. o cheque
- 7.14. a duplicata de compra e venda e a de prestação de serviços
- 7.15. títulos de crédito e financiamento fiscal
- 7.16. títulos de crédito e financiamento rural
- 7.17. títulos de crédito e financiamento industrial
- 7.18. títulos de crédito e financiamento comercial
- 7.19. títulos de crédito e financiamento imobiliário
- 7.20. títulos representativos.
- 8. UMA VISÃO GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO SINGULAR.
- 9. FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA, BEM COMO A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DA EMPRESA
 - 9.1. da caracterização da falência
 - 9.2. da declaração judicial da falência
 - 9.3. dos efeitos jurídicos da sentença declaratória de falência
 - 9.3.1. quanto à pessoa do falido
 - 9.3.2. quanto aos direitos dos falidos
 - 9.3.3. quanto aos bens do falido
 - 9.3.4. quanto aos contratos do falido
 - 9.4. da revogação dos atos praticados pelo devedor antes da falência
 - 9.5. da administração da falência
 - 9.6. da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos dos falidos
 - 9.7. do pedido de restituição e dos embargos de terceiros
 - 9.8. da verificação e classificação dos créditos
 - 9.9. do inquérito judicial
 - 9.10. da liquidação da extinção das obrigações
 - 9.11. dos crimes falimentares
 - 9.12. da correção monetária na falência
 - 9.13. das disposições especiais
 - 9.14. das disposições gerais
- 10. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA
- 11. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA.

Bibliografia:

Curso de Direito Comercial – Fábio Ulhoa Coelho: Saraiva.

Curso de Direito Comercial - Darcy Arruda Miranda Junior: Revistas dos Tribunais;

Curso de Direito Comercial - João Eunápio Borges. Forense;



Curso de Direito Comercial - Rubens Requião; Saraiva
Curso de Direito Comercial - Fran Martins; Forense;
Curso de Direito Comercial - Dylson Dória; Saraiva;
Curso Teórico-Prático de Direito Comercial Terrestre - Edson Baccarini Jalovi;
Direito Comercial - Walter T. Álvares; Sugestões Literárias;
Tratado de Direito Comercial Brasileiro - José Xavier Carvalho de Mendonça; Freitas Bastos;
Manual das Sociedades Comerciais - Amador Paes de Almeida; Saraiva.
Processo de Falência e Concordata, Silva Pacheco, ed. Forense
Curso de Direito Falimentar, Rubens Requião, Ed. Saraiva.
Curso de Falência e Concordata, Amador Paes de Almeida, Ed. Saraiva.
Franchising na Criação de Novos Negócios, Roberto Cintra Leite, Ed. Atlas.
Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, Ada Pellegrini Grinover e outros, Ed. Forense
Universitária.
Manual de Direito do Consumidor, José Geraldo Brito Filomeno, Ed. Atlas.

DIREITO CIVIL III

1. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS: NOÇÃO, ENQUADRAMENTO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA
2. DO CONTRATO
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. Elementos constitutivos e validades
 - 2.3. Princípios
 - 2.4. Formação
 - 2.5. Classificação
3. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO
4. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO
5. EFEITOS DOS CONTRATOS
 - 5.1. Vícios Redibitórios
 - 5.2. Evicção
6. CONTRATO ALEATÓRIO
7. CONTRATO PRELIMINAR
8. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR
9. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
 - 9.1. Modo normal de extinção.
 - 9.2. Extinção do contrato sem cumprimento:
 - 9.3. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato: nulidade e anulabilidade;
 - 9.4. Cláusula resolutiva e direito de arrependimento.
 - 9.5. Causas supervenientes à formação do contrato:
 - 9.5.1. Resolução: por inexecução voluntária, por inexecução involuntária e por onerosidade excessiva;
 - 9.5.2. Resilição: distrato e quitação; resilição unilateral: denúncia, revogação, renúncia e resgate;
 - 9.5.3. Morte de um dos contratantes;
 - 9.5.4. Rescisão.



10. CONTRATOS ELETRÔNICOS DE CONSUMO

- 10.1. Documento eletrônico
- 10.2. O momento e o lugar da formação do contrato
- 10.3. A regulamentação civil da internet no Brasil

11. DA COMPRA E VENDA

- 11.1. Conceito e características
- 11.2. Natureza jurídica
- 11.3. Elementos:
 - 11.3.1. O consentimento;
 - 11.3.2. O preço;
 - 11.3.3. A coisa
- 11.4. Efeitos da compra e venda
 - 11.4.1. Principais
 - 11.4.2. Secundários
- 11.5. Limitações à compra e venda
- 11.6. Vendas especiais
- 11.7. Cláusulas especiais à compra e venda
 - 11.7.1. retrovenda
 - 11.7.2. venda a contento e da sujeita à prova
 - 11.7.3. da preempção ou preferência
 - 11.7.4. da venda com reserva de domínio
 - 11.7.5. da venda sobre documentos

12. DA TROCA OU PERMUTA

13. DO CONTRATO ESTIMATÓRIO

14. DA DOAÇÃO

- 14.1. Conceito e características
- 14.2. Objeto da doação
- 14.3. Promessa de doação
- 14.4. Espécies de doação
- 14.5. Restrições legais
- 14.6. Da revogação da doação:
 - 14.6.1. casos comuns a todos os contratos;
 - 14.6.2. revogação por descumprimento do encargo;
 - 14.6.3. por ingratidão do donatário.

15. DA LOCAÇÃO DE COISAS

- 15.1. Conceito e natureza jurídica
- 15.2. Elementos
- 15.3. Obrigações do locador e do locatário
- 15.4. Disposições complementares
- 15.5. Locação de prédios
- 15.6. Locação de prédio urbano

16. DO EMPRÉSTIMO

- 16.1. Do comodato



16.2. Do mútuo

17. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

18. DA EMPREITADA

19. DO DEPÓSITO

20. DO MANDATO

21. DO TRANSPORTE

22. DA FIANÇA

Bibliografia:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v. 3, São Paulo: Saraiva, 2015.

NADER, Paulo. Curso de direito civil, v. 3: Contratos, Rio de Janeiro: Forense, 2013.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie, v. 3, Rio de Janeiro: Forense, 2016

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos, v. 2, São Paulo: Atlas, 2006

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie, v. 3, São Paulo: Atlas, 2014.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Atlas, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito dos contratos e dos atos unilaterais. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, v. 3, teoria geral das obrigações contratuais e extracontratuais, São Paulo: Saraiva, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARTINS, Guilherme Magalhães. Contratos eletrônicos de consumo. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil, v. 5. São Paulo: Saraiva, 2003.

NORONHA, Fernando. O direito dos contratos e seus princípios fundamentais: autonomia privada, boa-fé, justiça contratual. São Paulo: Saraiva, 1994.

NOVAES, Alinne Arquette Leite. A teoria contratual e o Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil, v. III. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro. O princípio da função social do contrato. Curitiba: Juruá, 2005.

WALD, Arnoldo. Curso de direito civil brasileiro. Obrigações e contratos. São Paulo: RT, 1999.

DIREITO PENAL II

1. Da Extinção da Punibilidade e da Prescrição.

2. Dos Crimes Contra a Pessoa.

3. Dos Crimes Contra a Vida.

4. Crimes Hediondos.

5. Execução Penal.

6. Delitos de Trânsito.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR

Portaria de Recredenciamento CEE/GP nº 452/14, DOE de 6/11/2014.

Curso reconhecido pelo Decreto Federal nº 51.126, de 26/1/1961 e

Portaria de Renovação CEE/GP nº 218/17, DOE de 11/5/2017.

Av. Major Nicácio, 2.377 - Tel: (16) 3713.4000

Bairro São José - Franca-SP - CEP: 14.401-135

EXCELÊNCIA NO ENSINO JURÍDICO DESDE 1958.

www.direitofranca.br

7. Lei das Contravenções Penais.
8. Dos Crimes Contra o Patrimônio.
9. Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial.
10. Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho.
11. Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso.
12. Crimes da Lei Ambiental.
13. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica na Lei do Meio Ambiente.
14. Lei Antirracismo.

Bibliografia:

BITENCOURT César Roberto. Tratado de Direito Penal. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, 04 vols. (*).

CONDE, Francisco Muñoz. Teoria Geral do Delito. 1ª ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, 01 vol. (trad. de Juarez Tavares e Luiz Régis Prado).

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998, 04 vol.